

# PRÁTICAS E INTERAÇÕES ESPACIAIS NA EXPANSÃO DA AGRICULTURA NATURAL NO BRASIL: A GESTÃO DO TERRITÓRIO DA KORIN AGROPECUÁRIA

Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

UNESP – Rio Claro

## Resumo

Este trabalho assume o objetivo de analisar e discutir as práticas espaciais de gestão do território da Korin Agropecuária, valendo-se do entendimento das suas interações espaciais. A decomposição e expansão espacial do capital produtivo da empresa, viabiliza a sua ocorrência em 211 municípios, entre os quais suas atividades de produção agropecuária, processamento e distribuição de seus produtos estão estruturadas. Conforma-se, assim, uma rede de lugares concentrada em cinco estados do eixo centro-sul do país. Ademais, com o objetivo de expandir a Agricultura Natural no Brasil – definindo os termos que estabelecem a distinção entre esta prática e a Agricultura Orgânica – a Korin Agropecuária reafirma, por meio da sua espacialidade, a materialização dos preceitos filosóficos de Mokiti Okada.

Palavras-chave: Geografia Agrária; Diferenciação Geográfica; Práticas Espaciais

## Abstract

This work assumes the objective of analyzing and discussing the spatial management practices of the territory of Korin Agropecuária, using the understanding of its spatial interactions. The decomposition and spatial expansion of the company's productive capital enable its occurrence in 211 municipalities, among which its activities of agricultural production, processing and distribution of its products are structured. Therefore, a network of places is formed, concentrated in five states of the center-south axis of the country. Furthermore, with the objective of expanding Natural Agriculture in Brazil - defining the terms that establish the distinction between this practice and Organic Agriculture - Korin Agropecuária reaffirms, through its spatiality, the materialization of Mokiti Okada's philosophical precepts.

Key-words: Agrarian Geography; Geographic Differentiation; Space Practices

## INTRODUÇÃO

**A**s múltiplas e diferentes funções exercidas pela agricultura ou, neste caso, mais detidamente pela paisagem rural, se (re)arranjam no tempo e no espaço. Dessa forma, testemunhos da ação humana narram e atestam a natureza diferenciada dos espaços e, por consequência, descrevem a diferenciação da ação humana na funcionalização do território, organizando-o segundo as suas necessidades e possibilidades. Assim, quando falamos de organização espacial inscrevemos na discussão aspectos outros que conformam um dado arranjo espacial em dado momento histórico. Ademais, a natureza caleidoscópica das formas espaciais revela a sua exposição pretérita, atual e futura aos processos que a diferenciam constantemente, incorrendo ao olhar do geógrafo a tarefa de compreender as múltiplas dimensões do espaço, como nos lembra Corrêa (2011).

Desse modo, diferenciação, complementariedade, práticas espaciais, multidimensionalidade do território, múltiplas localizações, multiescalaridade, apropriação, controle e poder figuram como palavras-chave no objetivo que aqui se pretende: caracterizar e discutir as práticas espaciais de gestão do território da Korin Agroindústria, valendo-se do entendimento das suas dinâmicas de interações espaciais – esforço empreendido e justificado uma vez que os espaços de produção e de consumo se decompõem em localidades nacionais e internacionais por meio de formas de circulação mapeáveis e outras tantas ubíquas<sup>1</sup>.

Para a consecução de tal objetivo, operou-se metodologicamente a partir do levantamento e revisão bibliográfica, bem como, coleta de dados primários e secundários. Desse modo, para a coleta de dados primários, foi elaborada uma matriz mercadoria-localidade na qual traçou-se a relação entre o locus de produção, processamento e distribuição dos produtos Korin; em função dessa, realizou-se trabalhos de campo no Polo de Agricultura Natural de Ipeúna-SP a fim de acompanhar os processos de produção, pesquisa e desenvolvimento dos produtos, e realizar entrevistas com representantes da empresa. Concomitantemente, os dados secundários foram levantados mediante inventário de publicações, reportagens e entrevistas veiculadas através das mídias sociais da agroindústria e outros veículos de comunicação, como revistas e jornais de alcance local e nacional. Assim, a partir dessas, desenvolveu-se a produção do material cartográfico – utilizando o software QGIS 3.16 – e as análises apresentadas a seguir à luz dos aportes teóricos de Corrêa (1986; 1987; 1991; 1992; 1995; 2007; 2010; 2011; 2016) e outros.

Por conseguinte, no cerne deste estudo, verificam-se aspectos relativos ao ciclo de reprodução do capital na sua expressão espacial, sobretudo aquela desvelada pela busca de fluidez nas/das dinâmicas do modo de produção capitalista. Ainda, verificam-se relações correspondentes às formas de construção de uma referida identidade territorial – portanto, iconográfica – através da “restauração” de uma singularidade espacial: aquela em que narra e apresenta a Korin Agroindústria LTDA localizada não no município de Ipeúna-SP, mas na Capital Nacional de Agricultura Natural.

Portanto, a hipótese que se ergue neste trabalho é a de que a prerrogativa de expansão da agricultura natural no Brasil gesta, em escala nacional, a organização do território de ação da Korin Agropecuária baseada em localidades com certa tradição produtiva – detidamente, aquelas operadas sob as bases da produção sustentável e orgânica; destarte, o mesmo não acontece em escala local – precisamente no município de Ipeúna-SP – uma vez que a sua organização agrária atesta a permanência da monocultura de cana-de-açúcar e da pecuária bovina. Diante do exposto, testemunha-se a antecipação espacial da prática da agricultura orgânica e natural no rural ipeunense, assim como a construção de uma identidade iconográfica de valorização territorial alçada através da atuação da agroindústria no município.

## *GESTÃO DO TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: BALIZAS TEÓRICAS*

Reflexo da condição, existência e meio de reprodução da sociedade na qual se gesta, o caráter multidimensional da organização do espaço é descrito na senda da construção social da espacialidade diante das diferentes ações humanas (CORRÊA, 2011). Nessa perspectiva, anuncia-se

[...] as dimensões econômica, política e cultural, cada uma regida por processos e mecanismos específicos, mas integrados na mesma formação social. O resultado são as múltiplas espacialidades que exibem, que ora se justapõem, ora se recobrem parcialmente, ora chegam mesmo a co-variarem espacialmente. (Ibidem, 2011, p. 9)

O ensejo das contribuições teóricas de Corrêa (2010; 2011), nos permite avaliar a multidimensionalidade da organização espacial como fruto da expansão – também espacial – do capital produtivo, contrastando com o capital social e cultural. O anúncio da justaposição e covariação das formas espaciais, baliza o entendimento do caráter contínuo e descontínuo do espaço geográfico (Ibidem, 2011). Assumindo a descontinuidade espacial enquanto dado da diferenciação socioespacial, defronta-se o engendramento das interações espaciais como possibilidade e estratégia de reprodução do capital, no prisma da organização e reorganização espacial.

Dessa forma, a expressão espacial das práticas corporativas, sobretudo no que se refere ao reordenamento dos espaços produtivos no pós Segunda Guerra Mundial com a espacialização sincrônica de uma dada produção simultânea em diferentes localidades, consolida-se por meio da expansão do capital produtivo, apresentando cinco características interligadas, conforme afirma Corrêa (2010), a saber: a) a ampla escala de operações; b) a natureza multifuncional de atuação, adensando formas de expansão por meio da concentração horizontal, vertical e da formação de conglomerados; c) a segmentação, como expressão da divisão do trabalho; d) as múltiplas localizações, na perspectiva de acesso às vantagens competitivas e comparativas concorrendo, também, na divisão territorial do trabalho e; e) o poder de pressão econômica e política da corporação.

No tocante às questões de complexificação da espacialidade das atividades corporativas, encontra-se a complexa estrutura de relação de classes. Por assim entender, Corrêa (1987; 1992; 2010; 2011) nos lembra que a organização espacial é, em sua natureza, desigual, justamente por ser reflexo, meio e condição do social. Essa dada característica se apresenta enquanto condição de reprodução da sociedade e participante da gestão do território. Assim, nas palavras do autor

Entendemos por gestão do território o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, a criação e o controle da organização espacial. Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos como concentração e dispersão espacial, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica. Em última instância a gestão do território constitui poderoso meio que visa através da organização espacial, viabilizar a existência e reprodução da sociedade. (CORRÊA, 1992, p. 35)

Sobre a gestão do território nas sociedades de classes, continua afirmando que

Como qualquer outro fato social a gestão do território possui uma historicidade que se traduz em agentes sociais e práticas espaciais historicamente variáveis. Nas sociedades de classes a gestão do território implica na criação e manutenção de diferenças espaciais através das quais as diferenças econômicas e sociais se realizam, são legitimadas e se reproduzem. Trata-se das diferenças espaciais. (CORRÊA, 1992, p. 35)

Dois aspectos merecem atenção quando da discussão sobre a gestão do território<sup>2</sup>, aqueles relativos à diferenciação espacial – levando em consideração a perspectiva de complementariedade dos espaços – e aqueles relativos às práticas espaciais. Em certa medida, a natureza diferenciada

do território reclama práticas espaciais, as quais descrevem e inscrevem execuções distintas daquelas apresentadas por Corrêa (1987; 1991) quando do estudo de caso da Souza Cruz. As práticas espaciais relativas à gestão do território se conservam em sua essência, uma vez que essa mantém a expressão de um dado pensamento e ação que concorrem à expansão do particular e à tendência à diferenciação (DAVIDOVICH, 1991); porém, o seu conteúdo, digamos, operacional, se altera diante das novas dinâmicas engendradas pelo progresso técnico. Produz, dessa forma, manifestações de integração territorial da gestão e da produção (CORRÊA, 2010) diferentes daquelas descritas no estudo mencionado (Ibidem, 1987; 1991).

Evidentemente, a premissa básica para a discussão sobre a gestão do território diz respeito ao uso deste, substantivado pelas práticas espaciais de organização e reorganização do espaço da ação humana. Ainda, ao entendermos o território enquanto espaço da prática, no que diz respeito ao aparelhamento da apropriação, controle e defesa, cabe distinção do que se entende por territorialidade e gestão do território, uma vez que ambos os conceitos guardam conexão nos processos e dinâmicas de reorganização política e prática das estratégias espaciais dos agentes socioterritoriais (BECKER, 1988; 2012).

Desse modo, a territorialidade é dita por meio do uso e do vivido pelos sujeitos sociais, no íntimo das relações com o espaço e se manifesta em diferentes escalas; apresenta-se, portanto, como “a face vivida do poder” em anunciada resistência às formas de reapropriação do espaço (RAFFESTIN, 1993; SACK, 1986 Apud BECKER, 2012). Díspar, o lastro teórico-conceitual da gestão do território conserva-se na expressão da modernidade por meio de práticas estratégicas de fundo científico-tecnológico em busca de uma dada coerência das múltiplas decisões e ações que visam atingir uma finalidade; conforme demonstra Becker (1988; 2012) “a gestão do território é a prática estratégica científico-tecnológica do poder no espaço-tempo” (p. 129). Ao exposto, a delimitação conceitual esclarece que, salvo as distinções, a convergência dos termos ocorre na existência de práticas e políticas territoriais “nem sempre explícita, mas embasada em coordenada de direção” (DAVIDOVICH, 1991), seja no sentido de coordenação das hierarquias e complementariedades espaciais ou de direção dos fluxos.

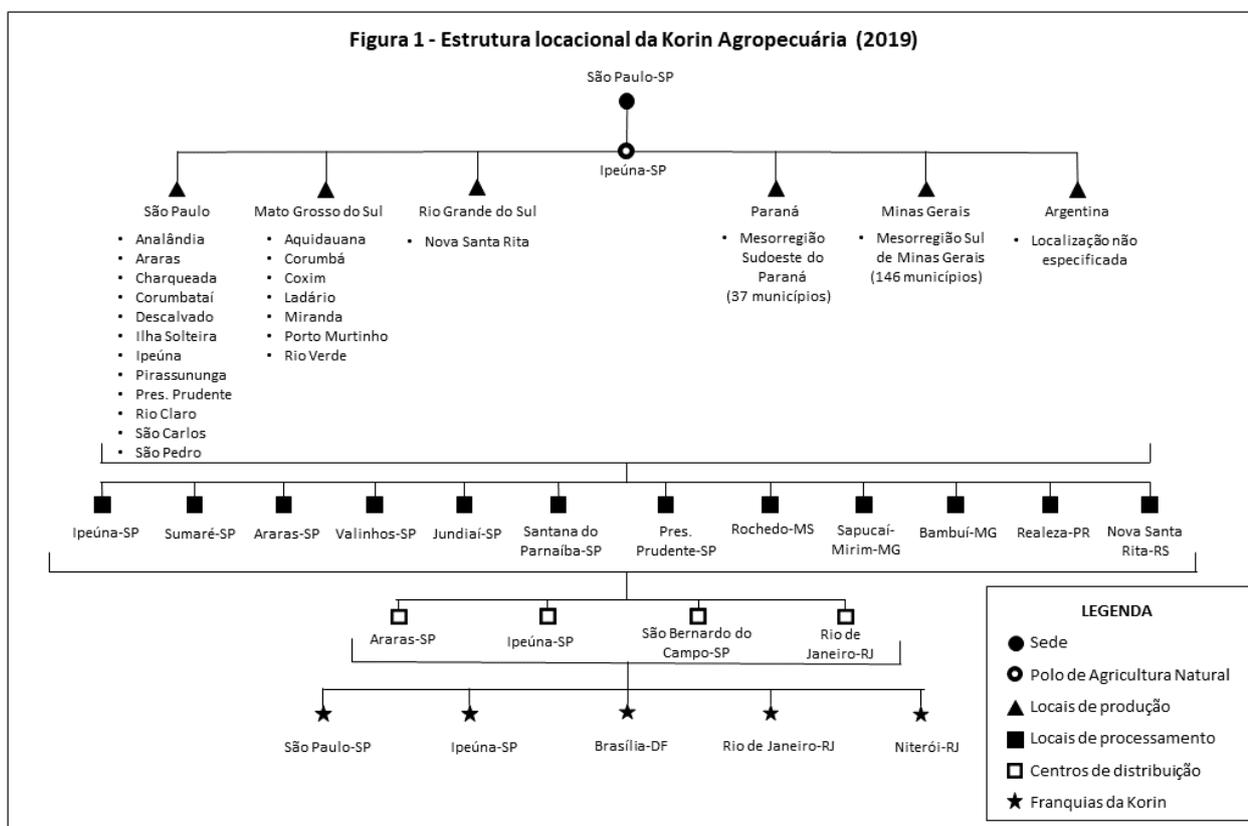
A natureza multidimensional do território, conforme destacamos anteriormente, nos apresenta às dimensões sociais, culturais, políticas, ambientais e econômicas. A conformação das dinâmicas que estruturam a dimensão econômica do território, projeta fixos e fluxos que concorrem na ordenação de formas e processos amalgamados à produção, circulação e consumo. Evidentemente, posto que a agenda capitalista aciona todas as dimensões indicadas, não podemos desconsiderar a concomitância e a relação – na maioria das vezes anacrônica – dos interesses da pauta econômica com as pautas ambientais, sociais ou culturais, por exemplo.

Ademais, a definição e redefinição do encadeamento de decisões calcadas na governabilidade das dinâmicas espaciais, sob os caracteres do modo de produção capitalista, inscrevem na discussão os aspectos relativos à circulação de mercadoria, pessoas e informação. Avalia-se, desse modo, as questões relacionadas à localização, uso da terra e interações espaciais, como instrumentos de análise da dimensão econômica do território, “visando captar a lógica que fixa, movimenta ou realociza cada forma e interação” (CORRÊA, 2011, p. 8). Assim, diante da complexa espacialidade anunciada pela expansão do capital produtivo, o ciclo de acumulação e reprodução do capital se espacializa por meio de pontos, linhas e áreas, assentes em três dimensões: organizacional, temporal e espacial (CORRÊA, 1986; 2011).

Por conseguinte, a partir da ordem expressa pela tomada de decisões sobre os aspectos de produção, espaços outros e múltiplos são acionados no processo de metamorfose do capital-dinheiro em mercadoria, conforme nos apresenta Côrrea (1987; 2011). As dinâmicas relativas a essa metamorfose descrevem as ações combinadas e requeridas de compra de força de trabalho, compra e manutenção dos meios de produção e a dependência de atividades terciárias, na valorização do capital-dinheiro, agora posto em circulação por meio da mercadoria (Ibidem, 2011).

### ASPECTOS RELATIVOS À ESTRUTURA LOCACIONAL DA KORIN AGROINDÚSTRIA LTDA: OS ESPAÇOS DE PRODUÇÃO, PROCESSAMENTO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO

Assentados no marco teórico sobre a organização do espaço e gestão do território, identificamos a idiossincrasia espacial da Korin Agroindústria perpassando o entendimento da integração territorial dos espaços de gestão e produção. Atualmente, com um portfólio composto por 45 produtos (KORIN, 2017), ela organiza a sua produção, processamento e distribuição em 211 municípios – a figura 1 apresenta a estrutura locacional da Korin no ano de 2019. A decomposição e a expansão espacial do capital produtivo da empresa viabilizam a sua ocorrência em 203 municípios, nos quais se organiza a sua produção agropecuária – alocada em cinco estados do eixo centro-sul (Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul). Ainda, apenas a produção de semente de linhaça dourada, milho de pipoca e grão de bico, se localiza na Argentina<sup>3</sup>.



Fonte: Korin Agropecuária, 2019

As práticas espaciais no que se refere à seletividade espacial merecem destaque quando nos deparamos com a localização dos espaços de produção da empresa. A seletividade desses espaços responde à especificidade e singularidade do processo produtivo da Korin, balizado nos preceitos da agricultura natural. Nessa perspectiva, a prática espacial de seletividade descrita nas ações da empresa, objetiva-se a partir de três princípios: a produção nos moldes da agricultura natural/orgânica; formas de sociabilidade que permitem a organização da produção pautadas no respeito mútuo (o que, a princípio, pode justificar a opção por valer-se de formas de organização baseadas no cooperativismo em algumas localidades); e o respeito às dinâmicas locais de produção, no que se refere às dinâmicas do “saber fazer”, pautadas em conhecimentos tradicionais/tácitos, bem como, da correspondência às condições edafoclimáticas de dadas localidades.

Os espaços de produção da Korin Agropecuária obedecem a formas estruturadas em práticas agrícolas alternativas de base sustentável, com o claro objetivo de alcançar os determinantes da agricultura natural. Por conseguinte, a prospecção de espaços produtivos obedece a uma certa ordem de aproveitamento de estruturas produtivas que já se dispunham a organizar a produção sob os preceitos sustentáveis e/ou orgânicos. Nesta senda, isto significa dizer que a localização dos espaços de produção responde à prestabilidade de formas organizativas de produção já implementadas. Ademais, o reforço das formas de inclusão social e de favorecimento das dinâmicas ambientais locais é reiterado a todo momento nas comunicações institucionais da empresa, indicando que, para além do alinhamento aos preceitos da agricultura natural, há uma dada construção “iconográfica” do que é ser e consumir os produtos Korin.

Dos espaços de produção passamos a nos ater às localidades de processamento desses produtos. Em sua grande maioria, os espaços de produção não correspondem aos locais de processamento (beneficiamento e embalagem). Entretanto, alguns produtos são encaminhados para a distribuição, devidamente embalados com a marca da empresa, como é o caso do arroz orgânico, mel, própolis, parte da produção de frango congelado e resfriado e os ovos – estes, portanto, compatibilizam o locus de produção e processamento.

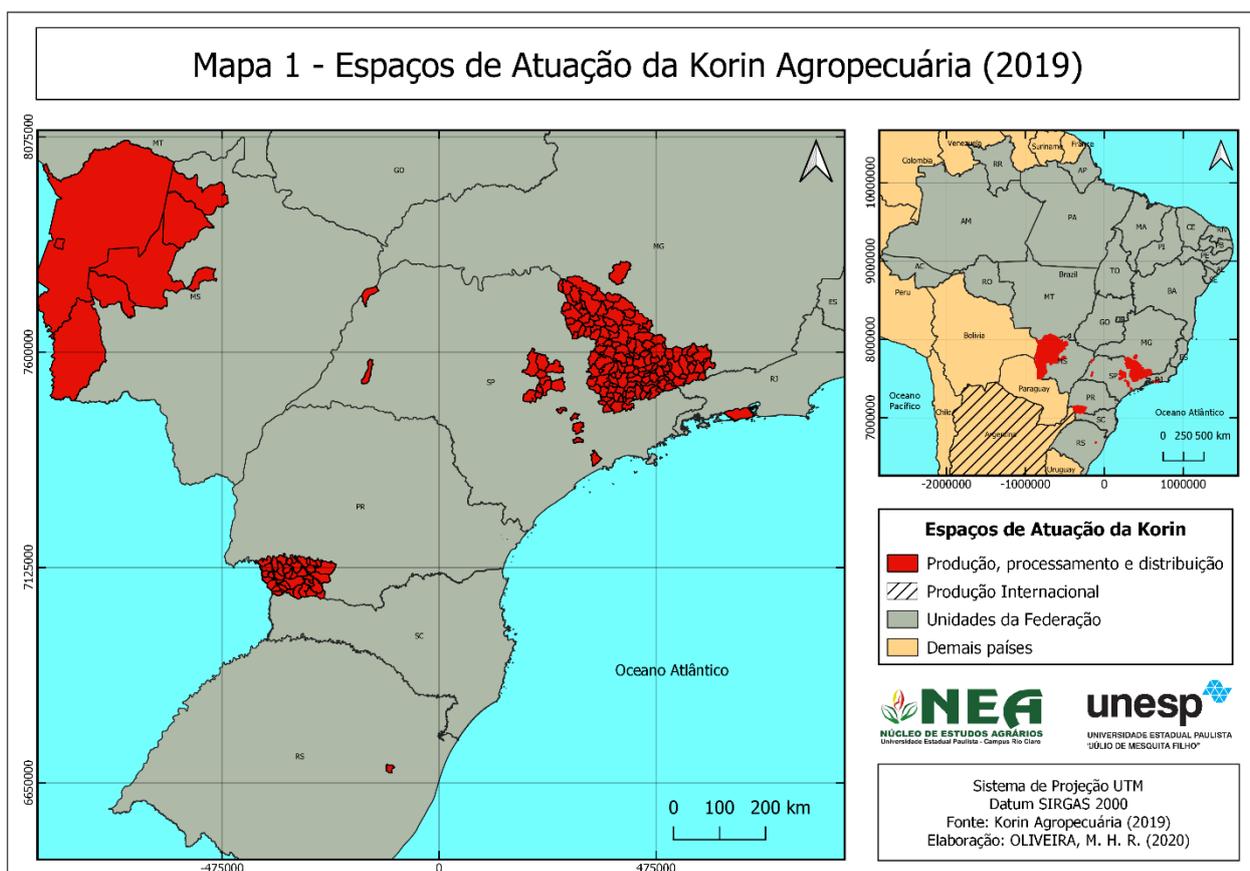
Ao exposto, desenha-se uma rede de múltiplos circuitos, gestada pela distribuição do poder econômico e político no espaço. Tal prerrogativa parte do ponto de vista de que, ao menos em alguns espaços de produção, o valor simbólico da organização, centralizado nos preceitos da agricultura natural, representa uma forma alternativa de realização agrícola, portanto, antagônica aos circuitos espaciais do agronegócio convencional. Assim, os preceitos da agricultura natural descrevem o elogio às formas de conforto animal e à isonomia do produto a ser consumido, inscrevendo nas estratégias de gestão territorial um dado arranjo espacial que permita fluxos eficientes e responsivos, principalmente, com o bem-estar animal<sup>4</sup>. Dessa forma, todas as atividades e práticas de avicultura orgânica ocorrem concentradas.

Diante desse cenário, os locais funcionalizados ao processamento dos produtos Korin, no que se refere à linha de praticidades, organiza-se, principalmente, em correspondência à parte dos municípios dispostos no eixo de desconcentração industrial da grande São Paulo. Para além da particular organização espacial de dada localidade, marcadamente destacada pelo alto grau de urbanização e conurbação entre os municípios pertencentes às Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, bem como daqueles altamente integrados à recém criada Região Metropolitana de Piracicaba, tal arranjo se realiza por vias de transporte e comunicação densamente integradas e tecnificadas. Rodovias de grande fluxo como a Washington Luiz (SP 310) e a Anhanguera (SP

330), descritas pelas melhores condições de rodagem, cortam tal porção do território do estado de São Paulo e participam das dinâmicas de “aproximação” das distâncias entre a metrópole paulista e os municípios interioranos.

Para além dos locais de processamento em São Paulo, a empresa conta com ao menos um local de processamento em cada estado onde se verifica a sua produção. Esses locais polarizam a nível estadual os processos produtivos, a saber: o de arroz, em Nova Santa Rita do Sul-RS, de carne bovina em Rochedo-MS (é válido lembrar que o processamento da carne moída bovina ocorre em Sumaré-SP), toda linha de “mercearia” em Realeza-PR (incluindo a conexão direta com produção de linhaça na Argentina), a linha apícola em Bambuí-MG e, por fim, o processamento do filé de truta em Sapucaí-Mirim-MG.

Por conseguinte, entre produção, processamento e consumo, nos resta apresentar a localização dos centros de distribuição e sua articulação com os principais centros de consumo. Integrando as práticas espaciais de seletividade e fragmentação espacial – pensadas enquanto práticas intrínsecas à gestão do território da Korin – os centros de distribuição localizados em 4 (quatro) municípios (três no estado de São Paulo e um no Rio de Janeiro) concentram o fluxo de produção e processamento provenientes de 215 municípios. Desses centros, os fluxos são direcionados para todas as capitais do país, as quais participam na rede de lugares da empresa, organizando a distribuição para os pontos de venda nos seus respectivos estados. O mapa 1 localiza os municípios de atuação da Korin, considerando as etapas de produção, processamento e distribuição



Evidentemente, a conformação da rede de lugares da Korin se apresenta em uma referida organização que descarta a natureza absoluta de suas múltiplas localizações. Tal como Corrêa (1991) declarou no estudo de caso sobre a organização espacial do Grupo Souza Cruz, os espaços funcionalizados por dinâmicas corporativas “são simultaneamente relativos, diferenciados por custos de transferência, e relacionais, diferenciados por atributos que têm significados distintos [...] cada localização é dotada de uma singularidade que lhe é dada pelo fato de estar inserida na rede de lugares da Souza Cruz” (Ibidem, 1991, p. 38).

Assim, a estruturação dos processos produtivos da empresa em forma de uma rede de lugares, destaca as singularidades desses pontos no território nacional, sobretudo, edificadas por uma narrativa e comportamento espacial de um único agente socioterritorial: a Korin Agroindústria. A apresentação desta narrativa perpassa, entre outras coisas, a (re)afirmação dos preceitos da Agricultura Natural, visando a sua expansão no cenário nacional. Dessa forma, o presente destaque concorre para o entendimento de que a gestão desses territórios participa dos processos e dinâmicas espaciais de realização e reprodução da agroindústria e efetiva, de fato, a sua existência (Ibidem, 1991). Por conseguinte, a rede de lugares que singulariza os espaços confeccionados no território de atuação da Korin, descreve a articulação de centros urbanos funcionalmente vinculados.

Ora, se a gestão do território, nos moldes apresentados por Becker (1998; 2012), são práticas estratégicas de fundo científico-tecnológico refletidas em coerência do par decisão e ação, os fluxos organizados e direcionados entre esses centros urbanos respondem a um dado objetivo corporativo por parte da Korin Agroindústria: expandir e difundir a prática da agricultura natural. Desse modo, a rede urbana produzida pelas dinâmicas espaciais da empresa vem ao encontro das três condições mínimas para a organização e ocorrência da mesma, a saber

Primeiramente tratar-se de uma sociedade vivendo em economia de mercado, com transações comerciais envolvendo bens produzidos localmente e bens produzidos externamente. Isto pressupõe uma mínima divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar deve haver pontos fixos no espaço onde, de modo permanentemente ou temporário, as transações são realizadas. Esses pontos fixos, por outro lado, tendem a apresentar outras atividades que garantem a possibilidade das transações serem realizadas. Em terceiro lugar deve haver um mínimo de interações entre esses pontos fixos, interações que refletem e retificam uma diferenciação hierárquica e/ou em termos de especialização produtiva. (CORRÊA, 2010, p. 94)

Dois aspectos merecem destaque nas contribuições do autor: as outras atividades que garantem a possibilidade de que as transações de uma empresa sejam realizadas e a interação entre os fixos retificados na diferenciação espacial. Esses aspectos encontram nos sistemas técnicos e normativos a condição (ou as condições) de existência, que fluidificam as interações espaciais no que diz respeito às decisões e ações corporativas descritas na momentaneidade das práticas espaciais. Essas decisões e ações corporativas, quando conservadas ao longo do tempo, engendram processos espaciais de (re)estruturação e (re)organização do espaço (CORRÊA, 1991). Entretanto, o que queremos aqui destacar é que, o estudo das localizações da Korin não se ocupou – ao menos no presente momento – de identificar e analisar as atividades “secundárias” e “terciárias” envolvidas nos processos produtivos o que demonstraria uma rede de lugares, evidentemente, muito mais complexa.

Ademais, não desconsideramos que os fluxos convergentes ao pequeno município de Ipéuna-SP demonstram uma localização geográfica que, ainda que edificada a partir do processo de doação de terras, se privilegia da proximidade de importantes centros de pesquisa estruturados em universidades públicas localizadas na região: como é o caso da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ-USP) e do campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em Araras, o qual, inclusive, oferece curso em nível de pós-graduação *strictu sensu* em agroecologia e desenvolvimento rural. Dessa forma, o contingente regional oferta uma gama de atividades que participam da convergência e conservação de parte das dinâmicas de decisão no município aqui estudado, compartilhada com a sede da empresa em São Paulo. Para além disto, essas mesmas atividades de garantia das transações e interações, somadas à estrutura de transporte e de comunicação, justificam a concentração dos fixos e fluxos das etapas de reprodução da empresa no estado de São Paulo.

Ao exposto, corrobora-se com as assertivas de Egler (1995) nas quais o autor argumenta que, as dinâmicas de reestruturação econômica que se referem aos processos envolvidos na relação entre as cidades e delas com o campo, engendram novos padrões de integração produtiva e financeira. Revisa-se, desse modo, a estrutura de relações entre a cidade e o campo, sobretudo quando se leva em consideração que as dinâmicas decorrentes do padrão de acumulação flexível participam da dissolução das fronteiras entre as atividades urbanas e rurais. Ainda, a reorganização e reorientação da localização e dimensionamento das atividades produtivas, assim como das relações de trabalho, denotam práticas espaciais que respondem à especialização produtiva e a segregação funcional. No cerne da discussão, conserva-se a consciência da diferenciação espacial.

Nessa senda, as localizações que participam da gestão territorial da Korin apresentam, a nosso ver, certa semelhança no que se refere à seletividade desses espaços: são espaços que já se organizam e se estruturam nas atividades produtivas requeridas e que, de certa maneira, são intensificadas pela atuação da empresa nessas localidades por meio da compra de parte da produção. O enfoque dado responde à análise de Corrêa (1991) que, no estudo das dinâmicas espaciais engendradas por ação corporativa, compreende que os aspectos relativos à localização revelam os processos de expansão e consolidação da empresa por meio da estruturação de novas localidades produtivas ou, como é o caso da Korin, de intensificação de localidades.

Destarte, o vínculo espacial através do qual se decompõem as ações e atividades da agroindústria aciona, interliga, funcionaliza e intensifica as interações espaciais precedidas pelas práticas espaciais de estruturação das dinâmicas relacionais dos espaços de produção e consumo, esses, interligados pelos fluxos de circulação e distribuição. Assim, essas práticas espaciais avaliam, por meio da consciência espacial, os elementos e processos suportados em diferentes localidades denotando-se os caracteres de conectividade e/ou contiguidade da produção.

## ***A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DA KORIN NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE POR MEIO DAS PRÁTICAS ESPACIAIS***

Síntese da divisão técnica e social do trabalho, a integração territorial dos espaços de produção, processamento e distribuição apresenta a complexidade dos caracteres da

multilocalização, da ampla escala e segmentação das ações corporativas. Inscrita na discussão sobre as interações espaciais estruturadas a partir da compreensão da diferenciação espacial, as práticas de integração refletem o comportamento espacial como forma de relações entre espaços da autonomia (centros de decisões) e espaços de integração (funcionalizados na hierarquia corporativa) que, em suma, objetivam a gestão do território. Parte-se, sobretudo, da compreensão da expansão espacial do capital produtivo (CORRÊA, 2010) na dinamização do processo de “aprofundamento vertical e extensão horizontal das forças produtivas e das relações de produção capitalista” (EGLER, 1995, p. 217).

Nessa perspectiva, localização e distância são “categorias da categoria espaço”, tal como afirma Moreira (2015) e descrevem a característica absoluta, relativa e relacional da espacialidade humana e das dinâmicas de acessibilidade na senda das múltiplas relações engendradas no contexto da globalização – concorrendo, ainda, ao entendimento da organização do espaço (CORRÊA, 2018). Assim, as localizações espaciais apresentam “um preço derivado da combinação de atributos absolutos, relativos e relacionais [e] mais do que isso, cada localização apresenta um valor simbólico [...]” (Ibidem, 2018, p. 292). Em suma, são solidárias e contraditórias e, desse modo, o tripé localização, produto e distância define e organiza os processos de integração territorial da corporação e se mostra correspondente às práticas espaciais de gestão do território da Korin.

Segundo Corrêa (2010), a complexa espacialidade adveniente do ciclo de reprodução do capital, decomposta no espaço geográfico na forma de espaços do produzir, do transformar e do consumir, revelam um duplo modo de integração territorial, a saber: integração territorial da gestão e integração territorial da produção. Ao que se refere à primeira forma de integração baseada nas dinâmicas de gestão, três níveis hierárquicos se apresentam diante da estrutura administrativa dos fluxos de decisões e controle

O nível I, por sua vez, corresponde ao nível superior, tendo como função a fixação de objetivos e o planejamento a longo prazo, definindo regras em que os dois níveis inferiores devem atuar [...] O nível II tem como função a coordenação dos administradores do nível III, dispõe segundo Clark (1985), de uma escala de tempo que é definida como de médio prazo [...] O nível III refere-se à administração das operações diárias da corporação, obedecendo a regras preestabelecidas. (Ibidem, 2010, p. 223)

Nesta perspectiva teórica, os três níveis de integração territorial, no que diz respeito às dinâmicas de gestão, centralizam o poder de decisão na metrópole de São Paulo onde está localizada a sede da empresa e os escritórios da Korin Administração de Franquias. O exercício do nível II é organizado no Polo de Agricultura Natural localizado em Ipeúna-SP, dispondo dos laboratórios de pesquisa da agroindústria, juntamente com a fazenda experimental, o entreposto de ovos, o abatedouro de frangos, a produção do fertilizante Bokashi e o centro de decisões da Korin Agropecuária e da Korin Agricultura e Meio Ambiente. O nível III refere-se às formas de gestão das operações diárias nas propriedades rurais, das quais participam os espaços de produção, funcionais à agroindústria, seja por mecanismos de integração ou por meio das relações estabelecidas com cooperativas de produtores – como é o caso da produção de arroz orgânico no Rio Grande do Sul. Ademais, soma-se a esse nível os locais de processamento e os centros de distribuição.

No caso da Korin, nota-se que ocorre a dispersão dos centros eminentemente produtores – havendo uma relativa concentração correspondente aos produtores integrados à cadeia produtiva de frango e ovos, tendo em vista a especificidade da sua produção pautada nos preceitos da

Agricultura Natural, sobretudo, de bem estar animal – e a concentração no que se refere às atividades tidas como “terciárias” de apoio administrativo, financeiro e tecnológico (pesquisa e desenvolvimento).

O exame da integração territorial auxilia a análise das práticas espaciais de gestão do território e, nessa senda, a seletividade, fragmentação/remembramento, antecipação e marginalização espacial somam-se aos aspectos de reprodução da região de origem na constituição do território em rede da agroindústria. Essas ações espacialmente localizadas, cristalizam uma dada organização do espaço, bem como a sua dinâmica (CORRÊA, 1995; 2010). Em suma,

A dupla integração territorial acaba constituindo elemento fundamental da gestão do território. De fato, a integração territorial administrativa implica decisões e ordens que se traduzem em fluxos de capital, matérias primas, produtos intermediários, força de trabalho e produtos finais [...] A integração territorial da produção assume uma espacialidade mais complexa, não hierárquica, com ligações entre diversas unidades, gerando um padrão espacialmente convergente de matérias primas brutas, beneficiadas e rebeneficiadas, e divergente no que se refere aos produtos finais. A rede urbana da corporação, que assumia uma natureza hierárquica na integração territorial da gestão, passa a constituir-se agora de centros funcionalmente especializados. (Ibidem, 2010, pp. 226-228).

Por conseguinte, tal como anunciamos anteriormente, se a análise da integração territorial se constitui elemento fundamental à gestão do território e esta, por sua vez, arroga-se como práticas estratégicas de fundo científico-tecnológico, nos resta apresentar as práticas espaciais descritas pela Korin, sobretudo aquelas gestadas a partir de Ipeúna-SP. Vale ressaltar que as práticas espaciais da agroindústria obedecem às formas produtivas amparadas e ancoradas nos preceitos da Agricultura Natural e, nesse sentido, apresentam especificidades quanto à formação dos arranjos espaciais promovidos pelas ações da agroindústria aqui analisada.

Para além dos aspectos que envolvem propriamente a prática agrícola nas operações diárias da produção, a gestão do território é balizada pela própria filosofia por trás da empresa. Essa filosofia termina por direcionar práticas equânimes no que concerne aos elementos sociais, ambientais e econômicos da produção. Evidentemente, esses elementos participam da tríade da sustentabilidade e, por corresponder majoritariamente aos intentos da filosofia de Mokiti Okada, a empresa organiza e direciona inúmeras práticas de viés sustentável: seja na cadeia produtiva, na destinação ou disposição final dos seus resíduos, no processo de integração dos produtores ou na atuação em escolas por meio de projetos de educação ambiental. Assim, apresentamos mais detidamente essas práticas espaciais a iniciar pela seletividade espacial. Direcionada a áreas que já realizam práticas sustentáveis de produção agropecuária, a seletividade espacial desenvolvida pela agroindústria, coordena e adensa à sua rede de lugares, espaços com prévia estrutura e/ou disposição para este tipo de atividade – como já nos referimos.

Tendo isso em vista, a importância de se compreender este aspecto da seletividade, retorna à noção de compromisso e dedicação que o processo produtivo balizado por essa forma de produção (Agricultura Natural) requer por parte do produtor, uma vez que “o saber fazer” é demasiadamente valorizado. Exemplo disto é a localização do núcleo de operação pecuária da empresa localizado no Pantanal sul-mato-grossense, respeitando as dinâmicas locais e promovendo a “cultura do homem pantaneiro”, bem como da face histórica da pecuária nessa localidade.

Por conseguinte, a produção de arroz orgânico no Rio Grande do Sul apresenta um caso particular a nosso ver, uma vez que congrega por meio do cooperativismo a produção de assentados da reforma agrária. Segundo o próprio relatório de ações socioambientais da empresa (2017), a prospecção de tal localidade realizou-se pela forma em que os assentados se organizam coletivamente na produção do arroz, assim como a correspondência entre os objetivos de fundo filosófico da empresa e de organização social da cooperativa (Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita – COOPAN, onde a produção de arroz orgânico é coordenada pela Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul – COCEARGS que, ainda, viabiliza a certificação da produção).

Para além dos exemplos circunscritos à produção, outra lógica parece gestar a seletividade no tocante aos locais de processamento. Respondendo ao pressuposto de proximidade do mercado consumidor, todo beneficiamento da empresa funcional a linha de “praticidades” – requerida principalmente pelo consumidor cosmopolita – se organiza nos municípios pertencentes ao eixo de desconcentração industrial de São Paulo. Eixo este que, como já destacamos, detém as melhores condições de infraestrutura de comunicação e transporte.

Em suma, podemos traçar como aspecto central da prática de seletividade espacial da Korin, um certo elogio à tradição produtiva de determinadas localidades na expectativa de conservar dinâmicas tradicionais (haja vista os exemplos destacados, como também a produção do café orgânico no sul de Minas Gerais, a produção de tilápia no Pontal do Paranapanema em proximidade com o noroeste do Paraná uma das principais regiões produtoras de tilápia do país) e fomentar melhorias no que diz respeito à produção orgânica, conduzindo ao objetivo de expansão da Agricultura Natural.

Destarte, nos pontos de processamento e de distribuição, imperam as dinâmicas de mercado pautadas na necessidade de fluidez do capital, com a ocorrência de “tempos acelerados” que contrastam com o “tempo lento” das operações diárias da produção – a qual será requerida e utilizada como elemento de valorização dos produtos da empresa.

Assim, decorrente da seletividade espacial, a prática de fragmentação espacial da agroindústria nos parece obedecer à mesma lógica do objetivo maior da empresa: expandir as práticas ancoradas na Agricultura Natural. Tal afirmativa decorre do entendimento de que, para expandir a Agricultura Natural, a empresa não poderia se resumir e, tampouco, se restringir meramente à avicultura com a produção de ovos e de frangos (localizada no entorno de Ipeúna-SP), uma vez que a diversificação de nichos de produção é um elemento de pressão no regime concorrencial. Dessa forma, se a intenção da empresa é se tornar a marca de orgânicos mais conhecida do país, patamar alcançado em 2017, a fragmentação espacial dos seus processos produtivos é necessária para atender os diversos nichos de consumidores ávidos por um modelo de vida saudável.

O holismo que esse hábito/padrão de consumo “prega” e requer, é captado de alguma forma pela empresa, passando a orientar e determinar a sua produção a fim de atender o consumidor em sua totalidade. Logo, se a lógica da seletividade é o respeito e fomento a certas formas tradicionais de produção e o município de Ipeúna-SP não suporta os caracteres requerentes à produção de arroz, carne bovina, café, mel, entre outros produtos que fazem parte do portfólio da empresa, a fragmentação espacial foi e continuará a ser uma prática “natural” da empresa diante da consecução

de seus objetivos e estratégias corporativas. Segundo Corrêa (1995) trata-se da prática espacial de “intensificação da atuação da empresa” (p. 38).

Desta forma, a prática de fragmentação acompanha o seu par antônimo de remembramento espacial, cujos caracteres que o descrevem fazem referência a uma nova forma de organização do espaço, sobretudo, inscrita em uma nova racionalidade de gestão do território. Essa nova racionalidade se apresenta diante da reorientação dos hábitos de consumo, mudanças na conjuntura econômica e/ou avanço das técnicas de comunicação e transporte, reavaliando a necessidade de espaços funcionais à corporação que teriam alguma importância apenas em um contexto de precária acessibilidade (Ibidem, 1995). Porém, em nossos levantamentos não identificamos tal prática no decorrer da história da empresa.

Desse modo, amparados pelo crescimento do mercado de produtos orgânicos no país<sup>5</sup>, as afirmativas de que “apesar da crise política e econômica, continuamos apresentando resultados acima da curva, mesmo que em menor velocidade” (KORIN, 2017, p. 7) e de que “nos últimos anos o faturamento da empresa cresceu 150%” (Ibidem, p. 87), demonstram a intenção e possibilidade da empresa em realizar processos e práticas baseados na divergência espacial de sua produção. Tal observação pode ser corroborada através da menção pela Revista Forbes (2017) de que a agroindústria possui planos de produção de peixes orgânicos na Amazônia, o que nos aponta a busca por operacionalizar sua produção de peixes em uma localidade assente na tradição pesqueira (bem como, extrativista).

Por conseguinte, a prática de remembramento espacial como pressuposto de reorientações de razões econômicas, políticas e até mesmo culturais, pode promover o processo de abandono de dadas localidades anteriormente inscritas na rede lugares da corporação. Desencadeia-se, dessa forma, a prática de marginalização espacial – prática que também não identificamos no presente caso. Porém, a importância dessa prática no estudo do comportamento espacial da Korin refere-se à força e à expressão que a empresa assume no município de Ipeúna-SP – aviltada pelo título de empresa que mais emprega no município atualmente – após o encerramento das atividades de partes dos segmentos do Grupo Edra. Portanto, o abandono espacial e/ou a marginalização espacial de uma outra empresa – em um município de pequeno porte como Ipeúna-SP – influencia diretamente, não as ações objetivamente espaciais, mas o exercício de poder de pressão econômica e política da corporação, tal como descreve Corrêa (2010).

Ademais, delimitamos as práticas de antecipação espacial desenvolvidas pela agroindústria. Segundo a definição dessa prática espacial oferecida por Corrêa (1995), essa se constitui “pela localização de uma atividade em um dado local antes que as condições favoráveis tenham sido satisfeitas” (p. 39) e, continua dizendo que, a “antecipação espacial significa reserva de território, significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições de produção” (p. 39). Dessa forma, a princípio, atribui-se a essa prática uma necessária materialidade espacial que, na contemporaneidade, acreditamos se apequenar diante da ubiquidade dos processos e dinâmicas.

Diante dos levantamentos realizados, visando a análise das ações espaciais da Korin, entendemos como práticas de antecipação espacial quatro frentes de atuação: a própria materialidade dos seus espaços produtivos via produção integrada, parceria com as cooperativas

e empresas de beneficiamento, bem como, a estruturação das suas franquias; a atuação e presença constante em grandes eventos no cenário agropecuário nacional (alternativo ou convencional) reafirmando a marca no mercado; as mídias sociais que participam de uma dada antecipação espacial por meio da constituição de sua “rede social”, cuja centralidade está nas discussões sobre qualidade de vida e alimentação saudável e; a atuação em todas as unidades federativas através de representantes comerciais, com atenção às dinâmicas que se apresentam no Polo de Agricultura Natural, em Ipeúna-SP.

Ao destacarmos o que chamamos de frentes de antecipação espacial, apresentamos práticas que não necessariamente respondem à consecução de materialidades no espaço que especule ou reserve futuros territórios de atuação. Evidentemente, o avanço da tecnologia da informação e a maior facilidade de acesso e uso de redes sociais, (re)estruturam e redefinem os requisitos e as dinâmicas fundamentais à localização espacial da produção e do consumo; ainda, permite uma referida “especulação” sem que a empresa direcione capital para implantação de locus produtivos. Parte-se, portanto, do entendimento que localização e distâncias são categorias revistas após as transformações ocasionadas pela tecnologia de comunicação e transporte, na senda da globalização. No presente caso, os fluxos de informação da marca Korin exercem maior influência na antecipação espacial do que propriamente a organização de fixos no espaço, como fica descrito nos estudos que embasam este trabalho.

Nesse sentido, os aspectos concernentes a essa prática espacial, a nosso ver, referem-se majoritariamente aos processos de marketing, sobretudo àqueles realizados nas mídias digitais, tais como o Instagram, Facebook e Twitter. Para além das mídias digitais, a atuação junto à sociedade civil no desenvolvimento de ações em escolas, assim como, através de participações institucionais dos diretores em entrevistas em canais de comunicação impresso e digital, palestras em eventos e instituições de ensino, colocam em circulação a narrativa corporativa da Korin – visando não somente o reconhecimento e consumo de seus produtos, mas também a expansão da filosofia por trás da empresa.

Os signos que descrevem a prática agrícola calcada nos processos da Agricultura Natural, fundada nos preceitos de Mokiti Okada, apresentam-se como outra vertente – ainda que de base religiosa – para o desenvolvimento desse agronegócio “alternativo”. Entretanto, esses preceitos carecem da expansão e reafirmação dos seus pilares. Destarte, o enfoque dado às práticas de antecipação espacial busca consolidar um ideário de produtor e consumidor que compartilhe os princípios da Agricultura Natural, através de uma dada fidelização desses por meio de estratégias de relacionamento ainda em estruturação (KORIN, 2017).

Partilhando o entendimento de que o espaço social empresta sentido ao espaço geográfico, os elementos abstratos envolvidos na construção da marca participam da antecipação espacial, na reserva e conservação de nichos de mercado e espaços de produção fora do eixo centro-sul (no qual concentra essencialmente as suas atividades produtivas) quando da circulação dos seus produtos finais – haja vista a informação sobre a intencionada produção de peixes orgânicos na Amazônia. Em outras palavras, os produtos e a marca Korin, preenchidos de todo significado e simbolismo messiânico, chegam antes do que a materialidade de uma possível área de produção.

Entretanto, não podemos desconsiderar o imperativo da lógica – a qual destacamos para os aspectos de seletividade espacial – que não viabiliza qualquer localidade ao processo produtivo da

agroindústria, tendo em vista a apreciação por parte da empresa das dinâmicas tradicionais e, no limite do possível, da “autonomia” quanto à organização e estruturação da produção. Desse modo, ao se apresentar como uma marca reconhecida pelo seu compromisso social, ambiental e econômico em relação à rede de lugares que conformam o seu território de atuação, a Korin parece construir e antecipar espaços minimamente comprometidos com os seus pilares produtivos e que reconheçam o esgotamento da produção baseada no modelo convencional da agricultura e da pecuária. Assim, antes de qualquer prática de antecipação espacial objetivada no território brasileiro, a empresa se vale do reconhecimento da inoperância do padrão produtivo hegemônico e oferece-se como alternativa a um hábito de consumo e estilo de vida mais saudável.

Por conseguinte, as estratégias de reprodução da região produtora, aqui destacadas como a última prática espacial a ser analisada, perpassam a discussão sobre a garantia da qualidade e identidade dos produtos – em correspondência ao valor da marca – independentemente do locus produtivo. Configura-se, dessa forma, como práticas de controle e reprodução das condições de produção (CORRÊA, 1995) onde a empresa oferece assistência, orientação e suporte técnico para o desenvolvimento das operações diárias nos moldes requeridos por essa. Por conseguinte, a manutenção da tradição e a prática autônoma de gestão diária da produção se combinam na lógica de seleção e antecipação espacial da Korin – organizando um processo produtivo fragmentado no espaço, no qual todas essas localidades são integradas territorialmente por articulações materiais de fluxos de produção, processamento e de distribuição dos produtos finais. Essas localizações também se integram organizacionalmente através de articulações imateriais estruturadas funcionalmente e formalmente a uma dada organicidade (relações hierárquicas entre os espaços gestados no território de atuação da agroindústria) e finalidade (expandir o conhecimento e a prática da agricultura natural).

Nessa senda, a adoção do modelo de produção integrada na relação com os produtores de frangos e ovos e a relação contratual de compra antecipada da produção dos fornecedores de milho, inscrevem essas vinculações na garantia de manejo e práticas descritas pelas orientações da Agricultura Natural. Assim, a adequação da produção nos moldes da prática orgânica, representa uma das formas operadas pela empresa de reprodução das suas condições de produção. Ainda, destacamos as ações em educação ambiental nas escolas, através dos projetos “Horta na escola” e “Horta em casa e vida saudável” que, para além de estratégia de antecipação espacial, também se apresenta como uma prática de reprodução da região produtora. Os efeitos esperados, a partir destas operações, são descritos pela empresa como “resultados secundários” advenientes do compromisso e do estreitamento das relações entre empresa-produtor e empresa-fornecedor; em cada uma dessas relações retorna o objetivo de difusão dos preceitos da Agricultura Natural, mas também de fixação do produtor e de sua família no campo e o desenvolvimento de produtores locais através de um programa de assistência técnica sólido e estruturado.

### *Considerações sobre a constituição da capital nacional de agricultura natural a partir das práticas espaciais da KORIN Agroindústria*

Por fim, o amálgama que nos parece ser o elemento de integração de todas essas práticas espaciais, é a titulação de Ipeúna-SP como a Capital Nacional da Agricultura Natural. Nessa

perspectiva, se institui no município uma tímida revisão dos valores de produção tradicionalmente ancorados em uma percepção e tradição rural conservada na inércia da monocultura<sup>6</sup>. Destacadamente, o fator de implantação e localização do Polo de Agricultura Natural em Ipeúna-SP, decorre de uma relação solidária e sinérgica entre a intenção de um membro da Igreja Messiânica em doar uma área para o desenvolvimento da produção agrícola nos moldes da Agricultura Natural e as experiências dos desdobramentos de práticas agrícolas de base natural que já ocorriam no Polo de Atibaia-SP, anterior à época da doação (em 1994). Dessa forma, os clássicos fatores locacionais narrados pela geografia econômica não participaram da estruturação desse ponto espacial de difusão de uma inovação e narrativa alternativa à prática agrícola convencional: antes dos valores econômicos, os valores simbólicos conferiram a singularidade e especificidade da localização da agroindústria no pequeno município destacado.

Ao exposto, a espacialidade da Korin Agroindústria que dará sentido à gestão do seu território, se edifica apoiada na consciência dos caracteres de viabilidade e inviabilidade da sua própria localização. Fundamentada nesta avaliação, organizada à luz dos princípios filosóficos de Mokiti Okada, identificada em um nicho especial de mercado e correspondente às demandas urbanas de consumo pautadas em hábitos e estilo de vida saudável, seu comportamento espacial reflete o objetivo de difusão da Agricultura Natural.

Não nos parece vã que a densidade técnica e intelectual do Polo de Ipeúna-SP conserve a localidade como nó central de integração territorial da empresa, compartilhando os elementos de decisão e de controle com os escritórios localizados em São Paulo. Ainda que este último se constitua como ponto focal no cenário nacional no que se refere à densidade informacional, o pequeno município do interior paulista representa a materialização de uma narrativa econômica, social, ambiental, política e cultural de fundo religioso que assumiu um forte braço comercial e detém um considerável valor simbólico para a empresa.

Em trabalhos de campo realizados em Ipeúna-SP, fica evidente que, sobre os caracteres de Capital Nacional da Agricultura Natural, não há uma correspondência entre a base de produção agropecuária do município – pautada majoritariamente na produção canavieira e na pecuária de corte – e a projeção hierárquica, a título de capital, de um centro local produtor de uma dada agricultura natural. O que nos parece significar essa preocupação e necessidade em caracterizar e identificar territorialmente Ipeúna com este título, é a tentativa de equiparar as condições de produção tecnológica e científica ali concentradas com as dinâmicas de um grande centro urbano como São Paulo. Ou seja, produzir uma certa “antecipação espacial” por meio da reserva de um território que mesmo que não satisfaça integralmente as condições de produção requeridas pela empresa, identifica uma localidade como polo gerador e difusor de inovações. Desse modo, a narrativa de Ipeúna enquanto Capital Nacional da Agricultura Natural é aquela descrita pela “unidade dos contraditórios”, pela assimetria dos seus espaços produtivos, pela relação entre o novo e velho, e o tradicional e o alternativo e, sobretudo, a síntese de esforços direcionados a construir o “moderno” diante da (r)existência do “atrasado”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intencionalmente, este trabalho foi construído a partir das contribuições de Corrêa (1986; 1987; 1991; 1992; 1995; 2007; 2010; 2011; 2016) e se refere à espacialidade humana como atributo

a ser analisado e interpretado pela prática do(a) geógrafo(a) no intento de descortinar a ação do homem por meio das práticas espaciais. Por conseguinte, sistematicamente nos organizamos a partir da tríade processo, forma e significado, buscando evidenciar, tal como nos apresenta Corrêa (2011), “a lógica que preside os diversos tipos de organização do espaço” (p. 7), bem como o “complexo conjunto delas (organizações)” (p. 8). O adjetivo que centraliza os trabalhos do autor – os quais orientou majoritariamente esta composição – confirma a natureza diversa dos espaços, sejam eles na sua condição natural ou sob forte juízo da ação humana. Dessa forma, diferenciação, seletividade, fragmentação e integração desenham os contornos deste trabalho.

De acordo com o exposto, se os espaços são especializados – e, portanto, calcados na distinção –, diferença e integração cunham as faces da moeda de troca entre os territórios, viabilizando e efetivando as interações espaciais. É, portanto, deste princípio que a agroindústria aqui analisada nos parece se utilizar a partir do reforço da distinção, destacando as especificidades locais na perspectiva do elogio à conservação e manutenção das práticas locais de manejo agropecuário. Nessa perspectiva, a gestão do território da Korin perpassa a busca de espaços especializados e dotados de mínima estrutura social, material e técnica que admitam e assumam os caracteres da produção orgânica alicerçada nos preceitos da Agricultura Natural.

Por conseguinte, o título conferido a Ipeúna-SP – município que sedia o Polo de Agricultura Natural da Korin Agropecuária – de Capital Nacional da Agricultura Natural, nos parece inaugurar as bases de uma possível construção de dada identidade local, engendrada por um único agente socioterritorial e com forte apoio do aparato político do município. Relata e registra uma intenção ao município, a qual antecipa espacialmente e simbolicamente um cenário que, diante das condições e arranjos atuais em dada localidade, não reservam viabilidade à operacionalização de práticas agrícolas baseadas nos preceitos da Agricultura Natural.

Assim, as práticas espaciais que aqui analisamos, contribuem para a compreensão do comportamento espacial da Korin Agropecuária, encerrando-se, desse modo, no entendimento da gestão do território no qual ocorre a sua atuação. Ademais, com o claro objetivo de expandir a Agricultura Natural no Brasil – definindo os termos que estabelecem a distinção entre esta prática e a Agricultura Orgânica – a Korin Agroindústria reafirma, por meio da sua espacialidade, a materialização dos preceitos filosóficos de Mokiti Okada. Nessa direção, aponta-se uma lacuna de pesquisa que visa compreender como ocorre a relação entre religião e capitalismo, levando em consideração o desenvolvimento das práticas socioespaciais da Igreja Messiânica Mundial do Brasil e os imbricamentos com a Korin Agropecuária – lacuna que buscaremos preencher em outra oportunidade.

## NOTAS

<sup>1</sup> Cumpre esclarecer que as atividades da Korin Agropecuária LTDA e da Korin Agricultura e Meio Ambiente tiveram início no território municipal ainda na década de 1990 com a atuação da Fundação Mokiti Okada e posteriormente com as atividades do Centro de Pesquisa homônimo. A localização das atividades empresariais no atual “Polo de Agricultura Natural” foi viabilizada a partir da doação de aproximadamente 202 hectares por um membro da Igreja Messiânica Mundial do Brasil, o qual residia no município de Rio Claro-SP. Ademais, as atividades baseadas nos preceitos da agricultura natural iniciaram-se no Brasil, ainda que timidamente, por volta da década de 1970 no então Polo

de Atibaia-SP. Efetivamente, a Korin é criada no ano de 1994 em Ipeúna-SP e, progressivamente, expande a sua atuação no eixo centro-sul do país (tal como veremos ao longo deste trabalho) por meio dos espaços de produção, processamento e distribuição.

<sup>2</sup> Segundo Davidovich (1991), o termo gestão se refere às dinâmicas de governabilidade em uma sociedade em rápida transformação. Assim, a autora nos lembra que “tal saber [gestão do território] fundamenta-se no progresso técnico-científico e na racionalidade, bases da legitimidade do poder no mundo de hoje e da ideologia da modernidade [...] subjacente a essa prática, há, portanto, uma proposta de racionalização da vida econômica e política que vem ao encontro da reestruturação mundial da acumulação em bases científicas e tecnológicas; tal imperativo não é exclusivamente movido pela grande ampliação conquistada pelos mercados nos dias de hoje, mas, sobretudo, por objetivos de controle da incerteza e do aleatório, engendrados pelo próprio processo tecnológico.” (DAVIDOVICH, 1991, pp. 7-8)

<sup>3</sup> Cumpre esclarecer que não houve por parte da empresa a especificação da região ou município(s) que participam da produção destes grãos em território argentino. Veremos mais adiante que, para alguns produtos, a resposta da empresa se manteve na escala regional e não municipal como nos valem no presente trabalho; nestas situações consideramos, como espaço de produção, todos os municípios pertencentes as referidas mesorregiões (Sul de Minas Gerais e Sudoeste do Paraná), seguindo a regionalização proposta pelo IBGE.

<sup>4</sup> É em função dessa prerrogativa que a produção de frango congelado e resfriado ocorre em um raio de até 82 km de distância do Polo de Ipeúna-SP, salvaguardando as condições de transporte, seja nas dimensões das estruturas de deslocamento ou do período do dia.

<sup>5</sup> Para um panorama sobre mercado de produtos orgânicos no Brasil e o papel da Korin nesse cenário, ver mais em “Empreendedores e figuras conhecidas impulsionam mercado de orgânicos no Brasil”, reportagem da Revista Forbes publicada em junho de 2017.

<sup>6</sup> Aqui nos referimos a manutenção da monocultura de cana de açúcar, com expressão em quase 80% do território municipal e da pecuária bovina de corte e para produção de leite.

---

*Submetido em 26/02/2021*

*Aceito para Publicação em 15/02/2022*

## REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. **A Geografia e o resgate da geopolítica**. Revista Brasileira de Geografia, v. 50, n. 2 especial, p. 99-125, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Geografia e o resgate da geopolítica**. Espaço aberto, v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012.

CORRÊA, R. L. **Organização espacial**. In. \_\_\_\_\_. Região e organização espacial. 1º ed. Editora Atica: São Paulo, 1986, p. 51-84.

\_\_\_\_\_. **Gestão do território: reflexões iniciais**. Cadernos LAGET, n.1, p. 7-11, 1987.

\_\_\_\_\_. **Corporação e organização espacial: um estudo de caso.** Revista Brasileira de Geografia, v. 53, n. 3, p. 32-66, 1991.

\_\_\_\_\_. **Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território.** Revista Brasileira de Geografia, v. 54, n. 3, p. 115-122, 1992.

\_\_\_\_\_. **Espaço: um conceito-chave da Geografia.** In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. 2ª ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1995, p. 15-48.

\_\_\_\_\_. **Interações espaciais.** In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.(org). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318

\_\_\_\_\_. **Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais.** CIDADES, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas.** 4ª ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Organização do espaço: dimensões, processos, forma e significados.** GEOGRAFIA, v. 36, Número Especial, p. 7-16, 2011.

\_\_\_\_\_. **Processos, formas e interações espaciais.** Revista Brasileira de Geografia, v. 61, n. 1, p. 131-198, 2016.

DAVIDOVICH, F. **Gestão do território, um tema em questão.** Revista Brasileira de Geografia, v. 53, n. 3, p. 7-31, 1991.

EGLER, C. A. G. **Questão regional e gestão do território no Brasil.** In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. 2ª ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1995. p. 207-238.

FORBES. **Empreendedores e figuras conhecidas impulsionam mercado de orgânicos no Brasil.** Disponível em: <<https://forbes.uol.com.br/negocios/2017/06/empreendedores-e-figuras-conhecidas-impulsionam-o-mercado-de-organicos-no-brasil/>> Acessado em: 7 de ago. de 2019.

KORIN. **Relatório de ações socioambientais.** 2017. 92p.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico.** 2ª ed. Contexto: São Paulo, 2015.

RAFFESTIN, C. **O território e o poder.** In: \_\_\_\_\_. Por uma Geografia do poder. Editora Ática: São Paulo, 1993. p. 143-222.